



A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

Dirlete Azevedo Freitas¹



<https://lattes.cnpq.br/6957392731322218>



<https://orcid.org/0000-0002-9957-3989>

Resumo

A construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Tabajara em Machadinho do Oeste/RO ilustra os conflitos socioambientais gerados por grandes empreendimentos na Amazônia. O território, compreendido como espaço socialmente construído e marcado por relações de poder (SANTOS, 1996), torna-se cenário de disputas entre os interesses econômicos do setor energético e os direitos das comunidades ribeirinhas. Nesse sentido, Becker (2005) complementa ao destacar que a Amazônia é um espaço heterogêneo, marcado por múltiplas temporalidades e rationalidades. Para a autora, a visão homogeneizante do mercado não apenas desconsidera a complexidade da região, mas também reforça desigualdades históricas. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos socioambientais decorrentes da construção da UHE Tabajara, com ênfase na comunidade ribeirinha e na biodiversidade local. Os objetivos específicos incluem: Identificar as dinâmicas de ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais na região, analisando as relações de poder e os conflitos socioambientais; refletir sobre a viabilidade de uma gestão sustentável que integre saberes tradicionais e justiça socioambiental; propor um diálogo entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e preservação cultural. O método utilizado foi o dialético histórico, com o objetivo de contrapor e analisar os fenômenos ocorridos com a modificação do espaço geográfico da Vila Tabajara, partindo da contradição inerente às mudanças ambientais e estruturais que afetarão a localidade, a natureza e a vida dos ribeirinhos.

Palavras-chave: Gestão do Território; Sustentabilidade; Ribeirinhos;

Abstract

The construction of the Tabajara Hydroelectric Power Plant (UHE) in Machadinho do Oeste, Rondônia, illustrates the socio-environmental conflicts generated by large-scale projects in the Amazon. The territory, understood as a socially constructed space marked by power relations (SANTOS, 1996), becomes a stage for disputes between the economic interests of the energy sector and the rights of riverine communities. In this sense, Becker (2005) complements this perspective by emphasizing that the Amazon is a heterogeneous space, characterized by multiple temporalities and rationalities. For the author, the homogenizing view of the market not only disregards the complexity of the region but also reinforces historical inequalities. The general objective of this research is to analyze the socio-environmental impacts resulting from the construction of the Tabajara UHE, with a focus on the riverine community and local biodiversity. The specific objectives include: identifying the dynamics of territorial planning and natural resource

¹ Professora de língua portuguesa no estado de Rondônia, formada em Letras e Geografia e mestrandona programa de pós-graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Email: dirleteazevedo@gmail.com

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

management in the region, analyzing power relations and socio-environmental conflicts; reflecting on the feasibility of sustainable management that integrates traditional knowledge and socio-environmental justice; and proposing a dialogue between economic development, sustainability, and cultural preservation. The historical-dialectical method was used to analyze and contrast the phenomena resulting from the transformation of the geographic space of Vila Tabajara, based on the inherent contradictions of environmental and structural changes that will affect the locality, nature, and the lives of the riverine population.

Keywords: Territory Management; Sustainability; Riverine Communities.

Introdução

A construção de hidrelétricas na Amazônia tem se intensificado na última década, modificando significativamente a dinâmica territorial e ambiental de determinadas regiões. Como o território é composto por diversos atores sociais, com interesses muitas vezes divergentes, essas transformações tendem a ser conflituosas. Para compreender essas dinâmicas, é fundamental recorrer ao conceito de território, entendido como um espaço socialmente construído e marcado por relações de poder (SANTOS, 1996). No caso da Usina Hidrelétrica (UHE) Tabajara, em Machadinho do Oeste/RO, a implantação do empreendimento reflete essa complexidade, envolvendo conflitos entre os interesses econômicos do setor energético e os direitos das comunidades ribeirinhas locais.

A UHE Tabajara, ao modificar o espaço geográfico da Vila Tabajara, altera não apenas a paisagem, mas também as relações sociais e culturais estabelecidas no território. Conforme Souza (2003), o território é um campo de disputas onde diferentes atores buscam impor seus projetos e visões de desenvolvimento. No contexto de Machadinho do Oeste, a comunidade ribeirinha, que historicamente depende dos recursos naturais para sua subsistência, vê-se ameaçada pela perda de acesso ao rio e às áreas de floresta, essenciais para sua reprodução social e cultural. Essa situação evidencia a necessidade de uma gestão territorial que considere os saberes tradicionais e promova a justiça socioambiental (ACSELRAD, 2004).

Além disso, a implantação da UHE Tabajara ilustra a dinâmica de acumulação por espoliação descrita por Harvey (2004), na qual recursos naturais e territórios são apropriados por grupos econômicos em detrimento das populações locais. A falta de um planejamento participativo e inclusivo agrava esses conflitos, marginalizando as comunidades tradicionais e ignorando suas demandas. Como ressalta Leff (2001), a sustentabilidade só pode ser alcançada quando se reconhece a interdependência entre as dimensões ambiental, social e cultural, integrando os saberes locais aos processos de tomada de decisão.

Portanto, a análise da UHE Tabajara à luz do conceito de território permite compreender as contradições e os desafios inerentes à implantação de grandes empreendimentos na Amazônia. A gestão sustentável do território exige não apenas a mitigação dos impactos ambientais, mas também a garantia dos direitos das comunidades locais e a promoção de um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e equitativo.

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

Os grandes projetos energéticos, embora fundamentados no discurso da sustentabilidade, refletem as dinâmicas da geopolítica e da estrutura de poder capitalista, onde os interesses econômicos frequentemente se sobrepõem às necessidades ambientais e sociais. A concepção de desenvolvimento sustentável, surgida na década de 1970, enfatiza a necessidade de equilibrar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. No entanto, conforme aponta Sachs (2002, p.37), a aplicação desse conceito é marcada por contradições, especialmente quando se observa o avanço de megaprojetos como hidrelétricas e outras infraestruturas energéticas na Amazônia, que impactam diretamente territórios tradicionalmente ocupados por povos ribeirinhos e indígenas.

A construção desses empreendimentos no Brasil, ainda que sigam as exigências legais, como Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e a realização de audiências públicas, revelam fragilidades no modelo de governança ambiental diante da lógica do capital. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), os processos de licenciamento enfrentam desafios significativos, especialmente no que se refere à eficácia das medidas de mitigação e compensação ambiental. Segundo Harvey (2005, p. 87), o capitalismo tende a reorganizar os territórios de acordo com suas necessidades econômicas, convertendo espaços antes ocupados por populações tradicionais em zonas voltadas à exploração de recursos naturais. Esse fenômeno é evidente na Amazônia, onde a implantação de grandes empreendimentos energéticos, embora justificada pelo discurso do desenvolvimento, frequentemente resulta na degradação ambiental e na remoção forçada de comunidades ribeirinhas e indígenas.

Santos (2004, p.93) reforça essa análise ao afirmar que o espaço geográfico é produto das relações de poder e do domínio exercido por agentes hegemônicos sobre os recursos naturais e as populações locais. No caso dos projetos hidrelétricos na Amazônia, observa-se uma assimetria na distribuição dos benefícios e impactos: enquanto grandes corporações e centros urbanos se beneficiam da energia gerada, comunidades locais sofrem as consequências da alteração dos ecossistemas, perda de territórios e desestruturação sociocultural. Dessa forma, a expansão energética atrelada à lógica capitalista não apenas compromete a sustentabilidade ambiental, mas também reforça desigualdades históricas na apropriação do espaço e na distribuição de seus recursos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos socioambientais decorrentes do projeto de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) na Vila Tabajara, distrito de Machadinho do Oeste/RO, com ênfase na comunidade ribeirinha e na biodiversidade local. Os objetivos específicos incluem: Identificar as dinâmicas de ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais na região, analisando as relações de poder e os conflitos socioambientais decorrentes da implantação da UHE Tabajara. Refletir sobre a viabilidade de uma gestão sustentável que integre os saberes tradicionais da comunidade ribeirinha e os princípios de justiça socioambiental, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. Propor um diálogo entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e preservação cultural, visando a construção de um modelo de crescimento que respeite os direitos das populações locais e a integridade dos ecossistemas.

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

Nosso objeto de estudo, situa-se no recorte espacial amazônico, especificamente na Vila Tabajara, distrito de Machadinho do Oeste/RO, tendo como sujeito da pesquisa a comunidade ribeirinha que ali habita. Os procedimentos metodológicos adotados foram elaborados a partir de estudos bibliográficos e documentais de cunho exploratório. A pesquisa bibliográfica consiste em um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por fornecerem dados atuais e relevantes relacionados ao tema. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 157), "o estudo da literatura pertinente pode ajudar na planificação do trabalho, evitar repetições e certos erros, além de representar uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações".

O método utilizado foi o dialético histórico, com o objetivo de contrapor e analisar os fenômenos ocorridos com a modificação do espaço geográfico da Vila Tabajara, partindo da contradição inerente às mudanças ambientais e estruturais que afetarão a localidade, a natureza e a vida dos ribeirinhos. Segundo Gil (1999), "o método científico é entendido como um conjunto de procedimentos técnicos usados para atingir objetivos e conhecimentos". No entanto, o autor alerta para a generalização do método e o falso entendimento de que ele pode ser único para todos os trabalhos científicos.

Projeto hidrelétrico Tabajara e a gestão do território

A humanidade, ao longo do tempo, utilizou-se de diversas fontes energéticas, como combustíveis fósseis, petróleo e carvão, para atender às demandas de desenvolvimento e crescimento econômico. Atualmente, no Brasil, a maior parte da produção energética é proveniente de hidrelétricas, que utilizam a potência dos rios para geração de energia. Conforme dados do Ministério de Minas e Energia (2020), essa fonte representa uma parcela significativa da matriz energética nacional, sendo considerada estratégica para o atendimento da demanda crescente por eletricidade no país. No entanto, a implantação desses empreendimentos, quando realizada sem o devido planejamento, pode comprometer a sobrevivência dos rios e dos ecossistemas adjacentes.

O projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) Tabajara, localizada no rio Ji-Paraná, no município de Machadinho do Oeste, em Rondônia, tem gerado debates e controvérsias desde sua concepção. Com uma potência instalada estimada em 350 MW, o empreendimento tem capacidade para abastecer cerca de 1,5 milhão de pessoas (PDE, 2030). No entanto, sua implantação enfrenta uma série de desafios socioambientais, econômicos e políticos, típicos de grandes projetos na Amazônia. Parte do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) do governo federal, visa atender à crescente demanda por energia no país. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME, 2020), a usina contribuirá para a diversificação da matriz energética brasileira, reduzindo a dependência de termelétricas e fortalecendo a geração de energia renovável. No entanto, críticos argumentam que o projeto prioriza o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental e dos direitos das populações locais.

O licenciamento ambiental da UHE Tabajara é conduzido pelo IBAMA, seguindo as diretrizes da Resolução CONAMA nº 001/1986. O processo inclui a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

Ambiental (RIMA), que devem ser submetidos à consulta pública. No entanto, organizações da sociedade civil, como o Instituto Socioambiental (ISA, 2022), criticam a falta de transparência e participação efetiva das comunidades afetadas nas etapas de decisão. O projeto ilustra a complexidade de conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade na Amazônia. Por um lado, o empreendimento promete gerar empregos, melhorar a infraestrutura regional e contribuir para a segurança energética do país. Por outro, os impactos socioambientais e a marginalização das comunidades locais levantam questões éticas e políticas sobre a viabilidade do projeto.

A instalação de hidrelétricas, como a UHE Tabajara, sem uma gestão territorial eficiente, pode resultar em graves consequências ambientais e sociais. Em Rondônia, por exemplo, a construção de hidrelétricas como a UHE Jirau e a UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, trouxe impactos significativos. Segundo Fearnside (2015, p. 45), "a implantação desses empreendimentos resultou na inundação de vastas áreas de floresta, deslocamento de comunidades ribeirinhas e alteração dos ecossistemas aquáticos, com consequências negativas para a biodiversidade e a pesca tradicional". Como ressalta Acselrad (2004, p. 78), "a gestão territorial deve incorporar os saberes tradicionais e os direitos das populações locais, garantindo a justiça socioambiental". No caso de Rondônia, estudos de Bermann (2012, p. 89) apontam que a falta de consulta prévia e participação das comunidades afetadas pelas hidrelétricas agravou os conflitos socioambientais, gerando resistências e mobilizações por parte dos povos tradicionais.

Além disso, os impactos ambientais das hidrelétricas efetivada no estado incluem a perda de biodiversidade, a fragmentação de habitats e a emissão de gases de efeito estufa devido à decomposição da matéria orgânica nas áreas alagadas. Conforme Fearnside (2015, p. 47), "as hidrelétricas na Amazônia, embora sejam consideradas 'limpas', têm um alto custo ambiental, especialmente em termos de emissões de metano, um gás com potencial de aquecimento global muito superior ao dióxido de carbono". Esses dados reforçam a necessidade de uma avaliação crítica dos modelos de desenvolvimento energético adotados no país.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 225, estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Esse princípio reforça a necessidade de uma gestão territorial que respeite o meio ambiente e as comunidades que nele habitam. A sustentabilidade, portanto, deve ser entendida como um conceito multidimensional, que integra aspectos ambientais, sociais e culturais. Para Leff (2001, p. 67), "a sustentabilidade não se limita à conservação dos recursos naturais, mas envolve a construção de um novo paradigma de desenvolvimento que valorize a diversidade cultural e a equidade social". Nesse sentido, a sustentabilidade deve ser pensada como um processo que articula a proteção do meio ambiente, a promoção da qualidade de vida e o respeito às identidades culturais das comunidades tradicionais.

Além disso, Veiga (2010, p. 89) reforça que "a sustentabilidade exige a integração de saberes locais e globais, reconhecendo que as soluções para os

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

problemas ambientais e sociais devem ser construídas de forma participativa e inclusiva". Essa perspectiva ressalta a importância de envolver as comunidades locais no planejamento e na gestão dos recursos naturais, garantindo que suas necessidades e conhecimentos sejam considerados. Portanto, é essencial que a implantação de empreendimentos como a UHE Tabajara seja acompanhada de políticas públicas que promovam a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável, respeitando os direitos das populações tradicionais e a integridade dos ecossistemas.

Políticas públicas e sustentabilidade

As políticas públicas desempenham um papel central na promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Conforme definido no Relatório Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser formuladas com base em princípios de sustentabilidade, integrando as dimensões econômica, social e ambiental (SACHS, 2002).

No Brasil, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) estabelece diretrizes para a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. Essa legislação foi um marco ao instituir instrumentos como o licenciamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e a criação de unidades de conservação. No entanto, a efetiva implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios, especialmente em contextos de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e obras de mineração, que frequentemente geram conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004).

Um exemplo emblemático é o projeto de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Tabajara, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Embora o projeto tenha como objetivo fortalecer a matriz energética nacional, sua implementação tem levantado preocupações quanto aos impactos socioambientais, como a inundação de áreas de floresta amazônica e o deslocamento de comunidades tradicionais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023).

Além disso, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que servem como um guia global para a formulação de políticas públicas alinhadas com a sustentabilidade. Entre esses objetivos, destacam-se a erradicação da pobreza, a promoção de energias renováveis e a conservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos (ONU, 2015). No contexto brasileiro, a integração dos ODS às políticas públicas requer a superação de desafios estruturais, como a desigualdade social e a fragilidade dos mecanismos de fiscalização ambiental (FEARNSIDE, 2015).

Outro aspecto fundamental é a participação social na formulação e implementação de políticas públicas. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, estabelece o direito das comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada sobre projetos que afetem seus territórios. Essa participação é essencial para garantir que as

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

políticas públicas sejam inclusivas e respeitem os direitos das populações locais (OIT, 1989).

O planejamento participativo surge como uma ferramenta fundamental para garantir que as políticas públicas sejam inclusivas e representativas. De acordo com Santos (2004), a participação das comunidades locais nos processos decisórios não apenas fortalece a democracia, mas também contribui para a construção de soluções mais adequadas às realidades locais. Esse enfoque é particularmente relevante em regiões como a Amazônia, onde as comunidades tradicionais possuem conhecimentos ancestrais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais. Ignorar esses saberes, como alerta Diegues (2000), resulta em políticas públicas desconectadas das necessidades e dinâmicas locais, aumentando os riscos de conflitos socioambientais.

Vale ressaltar que a sustentabilidade não pode ser alcançada sem a cooperação entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e o setor privado. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) reforça a importância dessa integração, propondo uma abordagem multisectorial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015).

No contexto brasileiro, a superação de desafios históricos, como a desigualdade social e a concentração de renda, que limitam o acesso das populações mais vulneráveis aos benefícios do desenvolvimento, exige uma reflexão crítica sobre o modelo econômico vigente. Esse cenário está intrinsecamente ligado ao que Harvey (2005) denomina de "capitalismo feroz", um sistema marcado pela busca incessante de lucro. Essa vertente se manifesta no Brasil de diversas formas, como na expansão desregulada de grandes projetos de infraestrutura e na exploração de recursos naturais sem a devida consideração pelos impactos socioambientais. Conforme Santos (2004), esse modelo de desenvolvimento gera uma "globalização perversa", na qual os benefícios econômicos são concentrados em poucas mãos, enquanto os custos sociais e ambientais são distribuídos de forma desigual, afetando principalmente as comunidades mais pobres e vulneráveis.

A desigualdade social no Brasil, uma das mais acentuadas do mundo, é um reflexo direto desse modelo de capitalismo. Conforme Piketty (2014), a concentração de renda e a falta de políticas redistributivas eficazes perpetuam um ciclo de exclusão, no qual as populações mais pobres têm acesso limitado a serviços básicos, como educação, saúde e moradia. Esse fato é ainda mais evidente em regiões como a Amazônia, onde a exploração de recursos naturais beneficia principalmente as elites econômicas, enquanto as comunidades tradicionais são marginalizadas e têm seus territórios ameaçados (ACSELRAD, 2004).

Para superar esses desafios, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento vigente, buscando alternativas que promovam a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a justiça econômica. Conforme Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado quando há uma harmonização entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Isso implica a adoção de políticas públicas que priorizem a redistribuição de renda, o fortalecimento dos mecanismos de participação social e o reconhecimento dos saberes tradicionais como pilares para um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo.

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

Território, Territorialidade, Desterritorialização e reterritorialização

Os conceitos de território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização são fundamentais para compreender as dinâmicas espaciais e sociais que moldam as relações de poder, identidade e pertencimento no mundo contemporâneo. Esses conceitos, amplamente discutidos na geografia humana e nas ciências sociais, ajudam a analisar como os espaços são apropriados, transformados e contestados por diferentes atores sociais.

O território é entendido como um espaço delimitado e apropriado por indivíduos, grupos ou instituições, que exercem sobre ele algum tipo de controle ou poder. Ele pode ser definido tanto em termos geográficos (como fronteiras políticas) quanto em termos simbólicos (como espaços de identidade e pertencimento). Para Raffestin (1993), o território é resultado de uma relação dialética entre o espaço e as práticas sociais, sendo constantemente reconfigurado pelas interações humanas. No contexto brasileiro, o território assume particular relevância quando se analisam as disputas por terra e recursos naturais, especialmente em regiões como a Amazônia. Essas disputas revelam como o território é um campo de conflitos, onde diferentes atores buscam impor seus interesses e visões de mundo.

A territorialidade refere-se às práticas e estratégias que os indivíduos ou grupos utilizam para controlar, organizar e significar o espaço. Conforme Sack (1986), a territorialidade é uma forma de exercer poder sobre o espaço, estabelecendo limites e regras que definem quem pode acessar ou usar determinado território. Está intimamente ligada à identidade e ao pertencimento, pois os grupos sociais constroem sua territorialidade a partir de valores, tradições e relações com o espaço.

Um exemplo de territorialidade pode ser observado nas comunidades ribeirinhas e indígenas, que estabelecem relações profundas com seus territórios, baseadas em saberes tradicionais e práticas de manejo sustentável. Para essas comunidades, o território não é apenas um recurso econômico, mas um espaço de vida, cultura e espiritualidade (DIEGUES, 2000). No entanto, essa territorialidade é frequentemente ameaçada por processos de desterritorialização, especialmente em contextos de expansão de fronteiras econômicas e projetos de desenvolvimento.

A desterritorialização é um processo que envolve a perda ou a fragilização do vínculo entre um grupo social e seu território. Conforme Haesbaert (2005), a desterritorialização pode ocorrer por meio de expropriações, migrações forçadas ou transformações profundas no espaço, que alteram as relações de pertencimento e identidade. Esse processo é frequentemente associado à globalização e ao avanço do capitalismo, que promovem a reconfiguração dos espaços em função de interesses econômicos.

No Brasil, a desterritorialização é evidente em contextos como a construção de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias, que deslocam comunidades tradicionais e transformam seus territórios em áreas de exploração econômica (ACSELRAD, 2004). Esses processos geram impactos profundos, não apenas no plano material, mas também no plano

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

simbólico, pois rompem os laços culturais e identitários que as comunidades mantêm com seus territórios.

Um exemplo emblemático desse processo é o deslocamento de comunidades causado pela construção de hidrelétricas na Amazônia, como a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, no Pará, e as UHEs de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. Conforme Fearnside (2015), esses projetos deslocaram milhares de pessoas, incluindo indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares, que tiveram suas vidas profundamente alteradas. No caso de Jirau e Santo Antônio, as comunidades locais foram impactadas pela inundação de áreas extensas, que destruíram habitats naturais e modos de vida tradicionais. Muitas famílias foram realocadas para reassentamentos urbanos, distantes de seus territórios originais, onde não conseguem reproduzir suas práticas tradicionais de pesca, agricultura e coleta. Essa ruptura gera um processo de desterritorialização.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criado na década de 1980, surge como uma resposta organizada a esses processos de desterritorialização. O MAB reúne comunidades afetadas por barragens em todo o Brasil, lutando por seus direitos e buscando garantir que as políticas de reassentamento e compensação respeitem suas territorialidades e modos de vida. No entanto, mesmo com essas mobilizações, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para se reterritorializar, pois os reassentamentos oferecidos não reproduzem as condições necessárias para manter suas práticas tradicionais e seus vínculos com o território (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2023). Além disso, os impactos ambientais das hidrelétricas no Rio Madeira, como a alteração do fluxo do rio e a perda de biodiversidade, agravam os desafios enfrentados pelas comunidades locais, que dependem dos recursos naturais para sua subsistência e identidade cultural (FEARNSIDE, 2015).

A construção de hidrelétricas na Amazônia, como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, evidencia os desafios da desterritorialização e da reterritorialização. O MAB, como movimento social, representa uma resistência a esses processos, lutando por políticas que respeitem as territorialidades e garantam a justiça socioambiental. No entanto, a efetividade dessas políticas ainda é limitada, revelando a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento.

A reterritorialização, ou seja, a reconstrução dos vínculos com um novo território, é um desafio complexo para os povos amazônicos. Conforme Haesbaert (2005), a reterritorialização depende não apenas de condições materiais, como acesso à terra e recursos, mas também da reconstrução de relações simbólicas e afetivas com o espaço. No caso das comunidades deslocadas por hidrelétricas, os reassentamentos oferecidos frequentemente não reproduzem as condições necessárias para manter suas práticas tradicionais e seus vínculos culturais. Isso gera um sentimento de desenraizamento e perda de identidade, agravando os impactos da desterritorialização.

Além disso, a reterritorialização é frequentemente dificultada pela falta de participação efetiva das comunidades nos processos decisórios. Conforme Almeida (2010), os povos amazônicos são frequentemente marginalizados nas discussões sobre projetos de desenvolvimento. A falta de consulta prévia, livre

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

e informada, conforme estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem sido uma constante em muitos desses projetos, gerando conflitos e resistências (OIT, 1989). Em síntese, a reterritorialização dos povos amazônicos é um processo que exige a superação de desafios históricos e estruturais. Portanto, exige mais do que a oferta de reassentamentos ou compensações financeiras. É necessário garantir que as comunidades tenham acesso a terras produtivas, recursos naturais e condições adequadas para reproduzir suas práticas.

A estrutura de poder do capital e o uso do território

O capitalismo, como sistema econômico e social, estrutura-se a partir de relações de poder que influenciam diretamente o uso e a apropriação do território. Segundo Santos e Silveira (2003, p. 19), o território é geralmente entendido como a "extensão espacial apropriada e usada" por indivíduos ou grupos. Esse conceito reflete não apenas a área física, mas também a apropriação do espaço através de práticas sociais e atividades econômicas, que são moldadas pela lógica capitalista de acumulação e dominação.

No contexto do capitalismo, o território torna-se um recurso estratégico para a expansão e consolidação do poder econômico. Conforme Harvey (2004, p. 73), a "acumulação por espoliação" é um mecanismo central do capitalismo contemporâneo, no qual recursos naturais são apropriados por grupos hegemônicos, muitas vezes em detrimento das populações locais. A estrutura de poder do capitalismo também se manifesta na forma como o território é planejado e gerido. Para Santos (1996, p. 102), "o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que se realizam sobre ele e através dele". No caso da UHE Tabajara, a gestão do território é orientada por uma lógica que prioriza a geração de energia e o crescimento econômico, em detrimento da sustentabilidade ambiental e dos direitos das comunidades ribeirinhas. Essa abordagem reforça as desigualdades socioespaciais e a exclusão dos grupos mais vulneráveis.

Foucault (1979, p. 174-175) amplia a compreensão do território ao relacioná-lo com o conceito de poder, destacando que o poder se manifesta de maneira concreta em cada indivíduo, o qual "cederia, total ou parcialmente". Essa perspectiva de Foucault insere o território no contexto das relações de poder e controle, fundamentais para a construção e organização do espaço social e político. Claval (1996, p. 8) complementa essa abordagem ao afirmar que "o território resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo", estando intrinsecamente associado ao controle e à justiça necessários para a vida social. Além disso, o autor destaca que o território carrega consigo a noção de pertencimento, pois "cada território carrega a historicidade, enraizamento e laços afetivos/morais" (CLAVAL, 1996, p. 10). Isso implica que, além de ser um espaço físico, o território é também um lugar de identidade e pertencimento para aqueles que o habitam. Dessa forma, o conceito de território envolve múltiplas dimensões: a espacial, a relacional e a afetiva.

Nesse contexto, a construção de hidrelétricas na Amazônia pode ser entendida como um exemplo de como o capitalismo se apropria do território, transformando-o em mercadoria e subordinando-o aos interesses de grupos

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

dominantes. Como afirma Smith (1988, p. 67), "a produção do espaço no capitalismo é marcada por uma lógica de desenvolvimento desigual, onde certas áreas são valorizadas em detrimento de outras, gerando exclusão e marginalização". Além disso, a apropriação de áreas ribeirinhas, coberturas florestais e recursos hídricos pela UHE Tabajara ilustra um processo no qual bens comuns são privatizados e transformados em fontes de lucro. Essa dinâmica é agravada pela falta de planejamento e gestão territorial eficiente, que, segundo Souza (2003, p. 112), "abre espaço para a exploração desmedida de recursos naturais e a desestruturação de comunidades tradicionais". Tais afirmações ressaltam como a fragilidade institucional e a insuficiência de mecanismos de regulação permitem que interesses econômicos privados se sobreponham ao bem-estar comum.

Segundo Souza (2003), a fragilidade dos mecanismos regulatórios contribui para a desestruturação das comunidades tradicionais e o avanço de atividades predatórias. Esse cenário é evidente em diversos territórios amazônicos, onde a pressão do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos energéticos tem colocado em risco a sobrevivência de povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares, cujas formas de ocupação e uso da terra são historicamente vinculadas à preservação ambiental (ALMEIDA, 2006).

A falta de demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas tem sido um fator determinante na intensificação desses conflitos, tornando essas áreas vulneráveis à invasão e à exploração ilegal. Diegues (2000) aponta que a ineficiência da fiscalização ambiental facilita a ocorrência de crimes ambientais e a degradação dos ecossistemas amazônicos. Esse problema se manifesta, por exemplo, na construção de grandes hidrelétricas, como Belo Monte e a projetada UHE Tabajara, cujos impactos socioambientais envolvem o deslocamento forçado de comunidades ribeirinhas e a perda de biodiversidade (FEARNSIDE, 2015). Como enfatiza Becker (2004), a Amazônia não pode ser vista apenas como um espaço de exploração econômica, mas sim como um território complexo, onde diferentes dinâmicas sociais e ambientais devem ser respeitadas para garantir um futuro sustentável.

A organização territorial amazônica, conforme argumenta Santos (2004), deve transcender a lógica do mercado, que prioriza a extração em larga escala e a commoditização dos recursos naturais. Essa visão reducionista transforma a Amazônia em um mero fornecedor de matéria-prima para o sistema global. Para contrapor essa lógica, Santos (2004) propõe uma organização do espaço que incorpore as necessidades e os saberes das comunidades tradicionais. Em vez de impor modelos externos de exploração, é essencial construir políticas que respeitem a autonomia dessas comunidades, garantindo-lhes o direito à terra, à participação nas decisões que afetam seus territórios e ao acesso a recursos que permitam melhorar sua qualidade de vida sem comprometer o meio ambiente (SANTOS, 2004).

Nesse sentido, Becker (2005) complementa ao destacar que a Amazônia é um espaço heterogêneo, marcado por múltiplas temporalidades e racionalidades. Para a autora, a visão homogeneizante do mercado não apenas desconsidera a complexidade da região, mas também reforça desigualdades históricas. Becker (2005) defende que o desenvolvimento da Amazônia deve ser

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

pensado a partir de uma perspectiva endógena, que valorize os saberes locais e promova a integração entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Além disso, Santos (2004) enfatiza a necessidade de se pensar a Amazônia como parte de um sistema global interconectado, mas não subordinado. A região não deve ser vista apenas como um provedor de recursos, mas como um espaço de diversidade cultural e ambiental que enriquece o planeta. A preservação da Amazônia, portanto, não é apenas uma questão local ou nacional, mas um imperativo global. Isso requer a cooperação entre países, a adoção de políticas internacionais que combatam a exploração predatória e transcendente a lógica imediatista do mercado (SANTOS, 2004).

Nessa mesma linha, Acselrad (2004) argumenta que a sustentabilidade na Amazônia depende da construção de um novo paradigma de desenvolvimento, que supere a dicotomia entre crescimento econômico e conservação ambiental. Sendo fundamental fortalecer os mecanismos de participação social e garantir que as comunidades locais tenham voz ativa nas decisões que afetam seus territórios. Acselrad (2004) também ressalta a importância de se combater a invisibilização dessas populações, que frequentemente são excluídas dos processos de planejamento e gestão territorial.

Em síntese, a organização do espaço na Amazônia, conforme proposto por Santos (2004), deve ser pautada por uma visão holística que integre a justiça social, a sustentabilidade ambiental e o respeito às culturas locais. Somente assim será possível garantir que a Amazônia continue a ser um espaço de vida, diversidade e resistência, e não apenas um recurso a ser explorado até o esgotamento. Essa perspectiva encontra eco nos trabalhos de Becker (2005) e Acselrad (2004), que reforçam a importância de se valorizar os saberes tradicionais e promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável na região.

Considerações finais

A implantação de hidrelétricas na Amazônia demanda um planejamento territorial inovador e uma gestão além da mera execução de projetos de infraestrutura. É imprescindível que haja transparência na divulgação de informações e ampla coleta de opiniões, promovendo um debate democrático que envolva todos os atores sociais impactados. Apesar de serem justificadas como fundamentais para o crescimento econômico, essas obras geram impactos ambientais e sociais irreversíveis, afetando profundamente os ecossistemas e as comunidades locais.

Para mitigar esses efeitos negativos, é crucial assegurar a participação ativa da sociedade nas decisões relacionadas a tais projetos. Essa inclusão não só fortalece a democracia, mas também pressiona por políticas públicas que ultrapassem o plano teórico e se materializem em ações concretas. Ao integrar as vozes de comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e outros grupos diretamente afetados, é possível estabelecer mecanismos eficazes de proteção territorial e frear o avanço predatório do capital sobre a floresta.

O caminho para um desenvolvimento sustentável na Amazônia passa por uma abordagem integrada, que alie estratégias eficientes a políticas públicas adaptadas às complexidades ambientais e sociais da região. O Estado, como

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

principal gestor do território, deve liderar essa transformação, equilibrando crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Para isso, é necessário implementar políticas que incentivem práticas sustentáveis, assegurem a participação das comunidades locais e fiscalizem atividades que ameacem os ecossistemas. Além disso, o desenvolvimento deve ser construído de forma colaborativa, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e populações tradicionais. Somente com essa visão integradora será possível transformar a Amazônia em um espaço de vida, diversidade e prosperidade, superando a visão limitada que a reduz a um simples recurso a ser explorado.

Referência

- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: desenvolvimento e desafios socioambientais. São Paulo: Contexto, 2006.
- BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BORTOLETO, Eliane Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. Geografares, Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. 2001.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1981.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 001/1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1986.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. Revista Géographies et Cultures, Paris, n. 20, inverno 1996.
- CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. Revista de Geografia da Universidade do Amazonas, Manaus, v. 1, n. 1, p. 105-122, jan./dez. 1999.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FEARNSIDE, Philip M. Environmental impacts of Amazonian dams: with special attention to Brazil's Tucuruí Dam. Environmental Management, v. 27, n. 3, p. 377–396, 2015.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – EGAL, 10., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Estudos de Impacto Ambiental da UHE Tabajara. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 10 out. 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Governança ambiental no Brasil: desafios para a construção de um sistema integrado de avaliação. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6800>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). UHE Tabajara: impactos e conflitos. 2023. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em: 10 out. 2023.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Paris: Anthropos, 1991.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Plano Decenal de Expansão de Energia 2030. Brasília, DF, 2020. Disponível em: www.mme.gov.br. Acesso em: 10 out. 2023.
- OLIVEIRA NETO, C. R. Energia eólica e desenvolvimento no terceiro milênio: reflexões a partir do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 out. 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 out. 2023.
- PEREIRA, M. F. V. O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. Revista INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 8, n. 13, p. 63-69, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a07v8n13.pdf>. Acesso em: 8 set. 2022.
- PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA E AS PROBLEMÁTICAS TERRITORIAIS DE RIBEIRINHOS FRENTE À INSUSTENTABILIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS: O CASO DA HIDRELÉTRICAS TABAJARA EM MACHADINHO DO OESTE/RO

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica, tempo, sociedade e paisagem. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ordenamento territorial e conflitos socioambientais na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, v. 64, n. 1, p. 112-129, 2003.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TRIVINÓS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 12/02/2025

Aprovado em: 24/04/2025

Publicado em: 02/05/2025

